A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMINHO DA EQUIDADE

LAUDENIZ PINTO RIBEIRO

RESUMO

Este documento tem como objetivo elucidar a fusão acadêmica e a metodologia de ensino. Com o objetivo de construir uma comunidade inclusiva, é crucial valorizar a diversidade como um elemento positivo que aprimora as práticas educacionais, garantindo igualdade de chances por meio da criação de ambientes seguros, democráticos e justos. Para tal, é vital que o ensino incentive atitudes favoráveis em relação à inclusão. A educação inclusiva surgiu na década de 80, fruto do esforço de mães cujos filhos tinham deficiências, bem como dos próprios indivíduos nessas condições, com o propósito de eliminar a ideia de que apenas a educação especial poderia atender às necessidades desses alunos. O movimento defendeu a inclusão desse grupo no sistema educacional regular. Este processo foi chamado de integração escolar, combinando educação especial e regular para fornecer serviços e recursos educacionais que atendam às características e necessidades individuais de todos os alunos. Na década de 90, o aumento da imigração e do multiculturalismo resultou em novos desafios que o sistema educacional teve que enfrentar. Como consequência, a fusão acadêmica passou a ser vista como um movimento mais amplo, que busca atender a todas as necessidades educacionais individuais, independentemente da origem cultural, étnica ou socioeconômica.

PALAVRAS-CHAVE: Atributos; Educação Especializada; Sistema de Ensino.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é fornecer reflexões sobre a integração escolar e a prática educativa, com o objetivo geral de obter informações relevantes sobre a importância do papel dos educadores na inclusão escolar. Os objetivos específicos são: identificar os obstáculos enfrentados pela educação inclusiva, compreender a importância do treinamento dos professores e refletir sobre as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino ao implementar a inclusão escolar.

O dilema abordado neste artigo busca demonstrar que a educação inclusiva é caracterizada como um "conjunto de medidas que visa facilitar o sucesso de todos os estudantes no sistema educacional, em uma escola que seja e deva ser para todos" (ARNAIZ et al., 2007, p. 4). Atualmente, acredita-se que o conceito de inclusão educacional não esteja limitado apenas a grupos de pessoas com deficiência ou imigrantes, mas também abranja questões relacionadas a raça, etnia, classe social, aprendizado de idiomas, diversidade religiosa, gênero, diferentes ritmos de aprendizagem e interesses dos alunos. Portanto, é crucial que as políticas de inclusão educacional levem em consideração esses aspectos.

De acordo com a UNESCO (2017, p. 7): "o direito à educação não apenas envolve garantir o acesso a todos os grupos, mas também deve eliminar todas as barreiras e discriminações em qualquer área do sistema educacional".

A base teórica e a metodologia abordadas neste artigo são fundamentadas em autores, leis e declarações que apoiam o tema da inclusão e da prática docente, como UNESCO (2017), Rosseto (2005), Vaillant (2009) e outros.

É inegável que todos somos diferentes. Nas escolas, houve uma mudança significativa, passando da uniformidade nas salas de aula para a diversidade, onde cada aluno apresenta características e necessidades distintas dos colegas. Nesse sentido, é necessário abandonar a visão de que a educação inclusiva se destina exclusivamente a um grupo específico de pessoas - os alunos com deficiência - pois, na realidade, seu propósito é transformar os sistemas educacionais para que todos os alunos tenham oportunidades comparáveis e de qualidade para desenvolver plenamente sua personalidade.

Se desde cedo todos os cidadãos tivessem a oportunidade de conviver diariamente com pessoas que possuem lesões cerebrais, deficiência visual, deficiência auditiva, síndro-

me de Down, síndrome de Williams e outras condições, eles aprenderiam que a diversidade é comum. Seria considerado normal ter pessoas com síndrome de Turner, indivíduos surdos que não ouvem e crianças cegas que necessitam de mais tempo para ler um texto.

Conforme Ainscow (2012), uma escola inclusiva é aquela que valoriza o ensino e a aprendizagem, o desempenho, as atitudes e o bem-estar de todos os alunos. Embora o sistema educacional se baseie nos princípios de qualidade, equidade e igualdade de oportunidades, as escolas ainda enfrentam várias barreiras que precisam ser superadas para se tornarem verdadeiramente inclusivas.

Isso indica que é crucial que as políticas educacionais priorizem a formação dos professores em relação à diversidade e à inclusão educacional. A educação inclusiva deve envolver um processo de educação e treinamento dos sistemas educacionais, das escolas e dos professores.

A INCLUSÃO E O RESPEITO NECESSÁRIO

Embora haja um acordo entre os peritos em educação e os legisladores sobre a relevância de integrar as crianças desde cedo no sistema de ensino, ainda enfrentam muitos desafios para garantir plenamente esse direito. Além disso, a maior parte das escolas não possui as instalações necessárias para acolher crianças com deficiências.

Passaram-se vinte e seis anos desde a Declaração de Salamanca (1994), um marco importante para a educação inclusiva no Brasil, mas o país ainda luta para estabelecer uma educação verdadeiramente inclusiva.

Um dos principais obstáculos é a fragilidade da formação dos professores para a educação inclusiva. Como referido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também destaca a necessidade de formação docente voltada para as particularidades da educação especial. O artigo 87 das disposições transitórias da LDB designa a década de 90 como a "Década da Educação", um período em que os antigos paradigmas educacionais deveriam ser superados, com o objetivo de inaugurar uma nova era de educação inclusiva e abrangente.

Com o objetivo de tornar a formação docente verdadeiramente formativa, habilitando-os para desempenhar um papel significativo na educação, foram elaboradas as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica. Este documento estabelece as exigências impostas pelo novo modelo educacional surgido na contemporaneidade.

Neste cenário, fica claro que a formação docente deve se concentrar na construção de um trabalho pedagógico que leve em conta a diversidade dos alunos numa sala de aula, cada um com um processo de aprendizagem único e com dificuldades e potencialidades distintas. Em outras palavras, a formação precisa valorizar as diferenças como um aspecto positivo do processo educativo.

No entanto, um número significativo de pesquisas tem evidenciado a urgente necessidade de melhorar a formação docente, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular. "Não é surpreendente. Uma pesquisa recente em nível nacional mostrou que, em geral, os professores não estão preparados para receber alunos especiais em suas salas de aula" (PLETSCH, 2009, p. 147).

Uma pesquisa conduzida por Castro (2002) na cidade de Santa Maria (RS) revelou que a maioria dos professores entrevistados se sentia despreparada para receber alunos com necessidades especiais. Os professores também enfatizaram que acreditam na possibilidade de uma educação inclusiva, contudo reconhecem a necessidade de uma maior preparação nesse domínio do ensino.

Essa mesma questão foi observada na pesquisa realizada por Rosa e Papi (2009), autoras que investigaram os desafios enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência. Nas declarações dos educadores, é evidente que eles reconhecem as dificuldades que enfrentam.

A partir das informações fornecidas, podemos concluir que a insuficiência de habilidades dos educadores é principalmente um resultado da educação que tiveram. Adicionalmente, é claro que há uma descrença na habilidade do estudante de evoluir e operar de maneira independente.

No estudo realizado por Margaret do Rosá-

rio Silva, com o objetivo de explorar os principais desafios enfrentados pelos professores da rede pública de ensino no Distrito Federal, foi identificado um outro obstáculo em oferecer uma educação inclusiva para alunos com necessidades especiais. Silva (2011) descobriu que a vasta maioria das escolas não possui um ambiente adequado para acolher crianças com necessidades especiais. Os profissionais entrevistados manifestaram preocupação com a superpopulação das salas de aula, o que afeta negativamente o trabalho pedagógico realizado pelos professores.

Conforme relatado no estudo de Silva (2011), os professores são frequentemente responsabilizados individualmente pelas falhas no processo de aprendizagem inclusiva. No entanto, um professor sozinho não tem a capacidade de fornecer todos os recursos necessários para que seus alunos tenham o suporte adequado para aprender. A educação é uma rede que depende da colaboração de vários setores e é essencial que os recursos provenientes de políticas públicas sejam suficientes para contratar o número necessário de profissionais, a fim de garantir a presença de um número adequado de alunos na sala de aula.

A educação inclusiva exige, entre outros aspectos, um espaço físico adequado às necessidades especiais dos alunos. No entanto, ao abordar a adaptação dos espaços físicos, muitas vezes nos limitamos a pensar apenas em rampas de acesso, quando na verdade a acessibilidade abrange muito mais do que isso.

As instituições educacionais devem estar estruturalmente preparadas para receber uma diversidade de alunos, incluindo banheiros acessíveis, salas amplas e interativas, salas de recursos multifuncionais, equipe de apoio à aprendizagem, entre outros. De acordo com o último censo escolar da educação básica, apenas 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas possuem instalações e vias adequadas para alunos com deficiência. E apenas 32,1% das escolas de Educação Infantil possuem banheiros adequados.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A INCLUSÃO

A preparação de educadores para a inclusão educacional demanda conhecimento e controle de uma vasta gama de estratégias pedagógicas que possibilitam o ensino de acordo com a metodologia mais adequada para as circunstâncias de cada estudante. As táticas pedagógicas mais apropriadas para a inclusão educacional podem variar desde a destinação de mais tempo para cada estudante até a personalização do processo, considerando os conhecimentos anteriores das crianças e jovens.

Ademais, a preparação de educadores para a inclusão educacional requer competências para trabalhar em grupo e formar equipes multidisciplinares, com o objetivo de promover o entendimento e a atenção completa à vulnerabilidade. É essencial que a escola seja um ambiente acolhedor e adequado para o acesso de pessoas autistas, utilizando táticas metodológicas conforme as necessidades individuais de cada criança.

É relevante enfatizar que a participação da família tem um papel crucial, já que frequentemente a rejeição começa dentro da própria casa. Santos (2008, p. 14) ressalta que "O autismo não é muito frequente e a maioria das pessoas não sabe nada sobre o assunto, o que faz com que os pais se sintam isolados e desinformados em relação à condição e ao que realmente devem fazer".

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que esbarrou em "equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica", os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença" (MANTOAN, 2010, p. 13).

Ao longo dos tempos, a inclusão educacional tem sido caracterizada por práticas que promovem a segregação. Segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, o que equivale a cerca de 15 milhões de pessoas no Brasil, de acordo com os dados do censo do IBGE de 2000. Com o intuito de aperfeiçoar a formulação de políticas públicas, em 2004, o Ministério da Educação (MEC) começou a

estabelecer de maneira mais precisa as diversas categorias de deficiência. (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21).

É evidente que a integração está se tornando cada vez mais comum em nosso dia a dia. Portanto, é essencial que a família e a escola trabalhem juntas para proporcionar um suporte adequado ao estudante com autismo, visando promover seu desenvolvimento completo e significativo.

Se considerarmos a inclusão como o oposto de qualquer forma de segregação ou separação de indivíduos, é importante questionar se o sistema educacional realmente está cumprindo esse princípio de maneira eficaz. Ao aplicar esse conceito para analisar como a diversidade é abordada na sala de aula, é comum observar que a perspectiva predominante é atribuir as dificuldades escolares à deficiência do aluno. Por outro lado, é menos comum que as instituições questionem por que estão falhando em educar determinados estudantes.

Pierucci (1999) argumenta que é impossível afirmar que todos somos iguais, pois é evidente que somos diferentes uns dos outros. No entanto, a verdadeira inovação está em lutar para que todos tenham o direito de ser diferentes, sem serem tratados de maneira desigual.

Para que isso ocorra, é necessário transformar o processo educacional e abandonar teorias que colocam exclusivamente o foco nos resultados, negligenciando as necessidades educacionais individuais de cada aluno. É crucial criar um ambiente educativo que permita que cada sujeito de aprendizagem alcance seu pleno potencial e tenha acesso a oportunidades equitativas.

Os professores enfrentam diversos desafios ao lidar com a participação, incluindo:

1. Falta de conhecimento e capacitação adequada: muitos professores não possuem formação ou treinamento suficiente para lidar com as necessidades específicas de alunos com deficiência ou outras condições que requerem ajustes no processo de aprendizagem.
2. Escassez de recursos e apoio: frequentemente, os professores não têm acesso aos recursos e aos apoios necessários para lidar com a participação, como materiais didáticos adaptados, equipamentos e tecnologias assistivas, ou mesmo um auxiliar educacional.
3. Restrição de tempo: os professores já enfrentam uma carga de trabalho considerável e, muitas vezes, não têm tempo suficiente para planejar e implementar ajustes e acomodações específicas para os alunos com necessidades especiais.
4. Falta de apoio dos pais e da comunidade: a participação exige a colaboração de todos os envolvidos, incluindo pais, comunidade e outros profissionais, e frequentemente essa colaboração não acontece de forma adequada.
5. Barreiras arquitetônicas e ambientais: as escolas frequentemente não são adaptadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, resultando em obstáculos físicos e ambientais que dificultam a participação.

Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Essas condições da realidade nos levam a reavaliar a organização das instituições educacionais e as metodologias pedagógicas na sala de aula, com o objetivo de assegurar a equidade na qualidade da educação para todas as crianças, incluindo aquelas que enfrentam situações desfavoráveis, como crianças com deficiências, crianças em situa-

ção de vulnerabilidade nas ruas, crianças de grupos étnicos minoritários e crianças que vivem em regiões desfavorecidas ou marginalizadas.

A pedagogia adaptativa é um campo da educação que se propõe a atender as demandas educacionais de pessoas com deficiências, distúrbios ou dificuldades de aprendizado. O propósito da pedagogia adaptativa é garantir a igualdade de oportunidades educacionais e a integração desses indivíduos na sociedade.

A partir da década de 1970, a pedagogia adaptativa passou por uma mudança notável, deixando de ser vista como uma forma de educação segregada e tornando-se um componente essencial da educação inclusiva. A inclusão escolar é um processo que reconhece e valoriza a diversidade e as diferenças individuais, buscando assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de alta qualidade.

Para fomentar a inclusão escolar, a pedagogia adaptativa conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, terapeutas da fala, pedagogos, entre outros, que trabalham em conjunto para atender às necessidades educacionais dos alunos. Esses profissionais realizam avaliações para identificar as demandas educacionais especiais dos alunos, desenvolvem planos e estratégias de ensino adaptados às suas necessidades e acompanham o processo de aprendizagem para garantir o avanço do aluno.

AS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É imprescindível explorar e entender a ideia de educação inclusiva e suas facetas, para prevenir mal-entendidos. Nesta perspectiva, a inclusão na educação estimula a detecção de obstáculos ao aprendizado e o envolvimento de um grupo social específico com sua situação de aprendizado em sala. Trata-se de um ensino voltado para uma parcela minoritária do corpo discente, que integra direitos constitucionais às políticas e estratégias para estabelecer seu propósito e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem-avaliação para diferentes segmentos populacionais, identificar obstáculos ao aprendizado e assegurar atenção à diversidade.

Os princípios dos direitos humanos ratificados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 e na Declaração e Plano de Ação da UNESCO de Salamanca (1994), contribuem para consolidar a ideia de educação inclusiva. Seu objetivo auxilia a fomentar o respeito ao direito à educação dos estudantes com qualquer barreira ao aprendizado, de forma a facilitar espaços de diálogo de conhecimentos entre os grupos sociais que ingressam nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, com o intuito de promover o saber e avaliar sua condição étnica, social, política, econômica, cultural, linguística, física e geográfica, entre outras.

Em termos de diagnóstico, nota-se como nas últimas décadas há uma fragilidade nas políticas públicas relacionadas à inclusão educacional no ensino superior, uma vez que algumas delas se referem a políticas compensatórias que se traduzem em bolsas (entre outros), que tentam equilibrar os desvios de um sistema econômico e social desigual. Portanto, ele tem um discurso bastante ambíguo e pouco comprometimento como Ensino Superior.

Verifica-se que as Universidades continuam a conceber o estudante universitário como o "herdeiro" de um patrimônio cultural, que conhece e é apropriado por códigos hegemônicos, questão absolutamente irrealista. Assim, os discursos, as linguagens, assim como as metodologias e didáticas reproduzem desvios e efeitos paradoxais.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os estudantes com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (FÁVERO, p 40, 2007)

As instituições universitárias têm enfrentado o desafio da disparidade e da dependência, adotando uma série de estratégias que buscam a integração. Entre elas, iremos ampliar a oferta de cursos, seguindo a lógica do mercado, flexibilizar os critérios de admissão, fornecer bolsas e apoios institucionais, orientação acadêmica e aconselhamento.

No entanto, apesar da maior oportunidade de acesso ao ensino superior, não foi possível superar a desigualdade e alcançar uma maior diversidade cultural.
Portanto, a inclusão se refere ao esforço de garantir o acesso universal para jovens que historicamente não tiveram a chance de ingressar no ensino superior. Atualmente, essa questão - aparentemente resolvida - é abordada ou deixada por diferentes entidades, no entanto, a permanência desses jovens não é necessariamente mediada por políticas e mecanismos que os ajudem a compreender as novas normas e linguagens. Assim, as práticas e estilos de ensino continuam a ser replicados, assim como encontramos herdeiros. Além disso, há uma discriminação evidente em relação a esses jovens em comparação com estudantes de instituições públicas ou com formação própria. O resultado disso é o desespero e a frustração dos jovens que ingressaram no ensino superior em busca de novas oportunidades, mas acabaram desistindo devido aos baixos retornos e enfrentaram uma grande divisão. Portanto, além de perpetuar a desigualdade, há divisões constantes e sonhos não realizados.
A inclusão, então, requer comprometimento ético tanto das instituições de ensino superior quanto do Ministério da Educação e dos indivíduos, uma vez que os jovens e suas famílias depositam confiança e esperança na mobilidade social que nunca se concretiza, uma vez que a educação está nas mãos do mercado. A universalização do ensino superior exige, como um imperativo moral, a regulamentação das universidades, a revisão dos currículos e uma supervisão contínua dos processos de qualidade e relevância de gestão, que evidenciem políticas e dispositivos.
Dessa forma, a admissão de jovens "diferentes" ao ensino superior requer uma mudança na abordagem e a consideração de uma educação que leve em conta as diversas realidades sociais que são admitidas no ensino superior. Isso implica reconhecer as transformações vivenciadas nos ambientes educacionais, tanto em termos de mapeamento quanto no surgimento de novos atores sociais, o que requer um novo modelo de gestão e, portanto, a definição de objetivos com outras referências. Portanto, deve-se exigir sistemas educacionais que se adaptem adequadamente aos contextos e demandas culturais, concebendo uma nova entidade que, além da preocupação com o conhecimento e habilidades, também se preocupe com os indivíduos que ingressam.
Exercer ou liderar a educação implica necessariamente que ela seja inclusiva e busque avançar na educação para todos. Isso deve se manifestar por meio de uma formação relevante, apropriada e contextualizada, levando em consideração as diferenças de contexto e cultura, e incorporando abordagens de ensino e ritmos de estudo adequados.
A educação deve ser fundamentada na não discriminação, igualdade de acesso e inclusão, levando em consideração as diferenças como um suporte para a construção de sociedades mais justas e democráticas. Essa demanda social tem sido impulsionada pelos próprios estudantes jovens, por meio de movimentos sociais, que têm levantado questões políticas no contexto do ensino superior.
A diversidade representa a expressão plural das diferenças, e elas não devem ser vistas como negação, discriminação ou exclusão, mas sim como o reconhecimento de que todos fazem parte de uma mesma entidade coletiva que nos inclui. É sobre aceitar o outro, possibilitar a reciprocidade, complementaridade, corresponsabilidade e integração. Diversidade é aceitar o direito de cada pessoa ser única e exercer esse direito. Quando abrimos espaço para as diferenças, limitamos menos o amplo espectro da diversidade humana, bem como sua pluralidade e liberdade de escolha. Essa ideia nos leva a cinco possíveis modelos metafóricos de diversidade. O primeiro é como um pedaço de papel rasgado e amassado, com opções limitadas para reconfiguração. O segundo é como um espelho quebrado, onde as possíveis conexões são interrompidas, impedindo a coerência. A seguir, temos a ideia de um quebra-cabeça, cuja integração é bastante restrita e discreta, permitindo pouca margem para inovação e melhoria.
Em seguida, temos a metáfora da holografia, na qual cada parte reflete a imagem completa. Por fim, encontramos o caleidoscópio,

no qual cada revelação resulta de um jogo multifatorial de possibilidades amplamente abertas. Como hipótese preliminar, podemos afirmar que a diversidade e a inclusão que buscamos se aproximam mais dos últimos modelos mencionados, nos quais a integração é mais aberta e propícia à inovação e melhoria.

A educação desempenha um papel fundamental ao favorecer e aprimorar as capacidades humanas para participar e promover esses processos de renovação e enriquecimento cultural. A educação não apenas transmite as respostas estabelecidas pela cultura, mas também estimula a reflexão, o questionamento e a formulação de novas perguntas e desafios. Portanto, a educação está sempre em constante reavaliação, pois se baseia em respostas abertas que, à medida que se esgotam, geram novas perguntas. O livre questionamento político consolidou-se como um meio de inclusão. Além disso, de acordo com diversos documentos da UNESCO, a inclusão não pode ser reduzida apenas à questão do acesso. Por isso, o artigo propõe a ideia de uma inclusão social e educacional, considerando várias dimensões da inclusão. Nas universidades, é importante levar em conta fatores sociais, socioeconômicos, realidade familiar, crenças e expectativas dos alunos, além de considerar questões relacionadas a barreiras econômicas, acesso à informação, capital social e cultural, redes de apoio e mercado de trabalho. Do ponto de vista educacional, é necessário considerar a trajetória do aluno desde a pré-escola até o ensino médio, bem como as barreiras de admissão, os desafios de retenção e a formatação adequada do ensino. Tudo isso requer o empoderamento da sociedade, transformações estruturais e mudanças significativas na forma como percebemos o mundo. Para alcançar uma inclusão integral, é necessário o apoio de políticas públicas e uma gestão institucional eficaz.

A inclusão como prática educacional tem sido um tema relevante nas pesquisas realizadas no Brasil. Documentos como a Declaração de Jomtien (WCEFA, 1990), o Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993), a Declaração Mundial de Educação para Todos (WCEFA, 1990), Salamanca (UNESCO-MEC, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) reforçam os princípios da educação para todos, defendendo a matrícula preferencial de alunos com deficiência na rede regular de ensinoA educação deve fundamentar-se na ausência de discriminação, na equidade de oportunidades e na inclusão, levando em conta as discrepâncias como apoio para sociedades mais equitativas e democráticas. Essa demanda social tornou-se viável devido à mobilização dos próprios jovens estudantes, por meio de movimentos sociais, que se engajaram em debates políticos no ensino superior.

A variedade é a manifestação múltipla das disparidades, e estas não se manifestam como negação, segregação ou exclusão, mas sim como o reconhecimento de que são partes integrantes de uma entidade coletiva que nos abarca. Trata-se de aceitar o próximo, possibilitando vínculos de reciprocidade, complementaridade, responsabilidade compartilhada e integração. A diversidade é a aceitação do direito de cada indivíduo ser singular e exercer essa singularidade. Quando o direito às diferenças é aberto, a amplitude da diversidade humana é reduzida, assim como sua multiplicidade e liberdade de escolha. Essa afirmação nos conduz à interpretação de cinco possíveis modelos metafóricos de diversidade. O primeiro é comparável a um papel rasgado e amassado, cujas opções de reconfiguração são extremamente difíceis. O segundo é como um espelho quebrado, no qual as supostas conexões são interrompidas e impedem a coerência total. Em seguida, temos um quebra-cabeça, cuja integração é bastante rígida e discreta, a fim de assegurar margens limitadas para inovação e aprimoramento.

Em seguida, encontramos a holografia, que permite que cada parte reflita a imagem inteira. Por fim, temos o caleidoscópio, no qual cada revelação resulta de um jogo multifatorial de possibilidades amplamente abertas. Como hipótese preliminar, é comum antecipar que a diversidade e a inclusão que buscamos estão mais próximas dos últimos modelos mencionados, nos quais a integração é bastante rígida e apaixonada, a fim de garantir margens para inovação e aprimoramento.

Por sua vez, a educação é um meio que favo-

rece ou aprimora as capacidades humanas para participar e impulsionar esses processos de renovação e enriquecimento cultural. A educação promove as respostas estabelecidas pela cultura, mas também estimula a reflexão, a revisão e a formulação de novos questionamentos e desafios inéditos. Assim, a educação não está imune a uma interação ativa com as complexas, paradoxais e diversas condições da realidade. A educação, assim como a cultura, está em constante reavaliação, pois se baseia em respostas abertas que, à medida que se esgotam, geram novos questionamentos.

O livre questionamento político se consolidou como um mecanismo de inclusão. Por fim, de acordo com diversos documentos da UNESCO, a inclusão não pode ser reduzida apenas à questão do acesso, portanto, o binômio da inclusão social e educacional é proposto neste artigo. Além disso, as universidades devem considerar diversas dimensões da inclusão, levando em conta fatores sociais, socioeconômicos, realidade familiar, crenças e expectativas dos estudantes. Também é importante considerar questões relacionadas a barreiras econômicas, acesso à informação, capital social e cultural, redes de apoio e mercado de trabalho. Por outro lado, do ponto de vista educacional, é necessário considerar a trajetória do aluno desde a pré-escola até o ensino médio, bem como barreiras de admissão, desafios de retenção e ajustes pontuais.

Tudo isso requer a capacitação da sociedade, mudanças estruturais transformadoras e uma nova compreensão do mundo. Levando em consideração todos esses elementos mencionados e outros emergentes, a educação deve caminhar em direção a um conceito de inclusão integral, o qual necessita do apoio de políticas públicas e gestão institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia, a inclusão educacional é vista como um método moderno onde todos possuem o direito à educação convencional, incluindo indivíduos com deficiências, altas capacidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Estudos atuais indicam que a inclusão de crianças com deficiência em escolas convencionais traz inúmeros benefícios, tanto para o crescimento cognitivo, social, físico e emocional dessas crianças, quanto para a formação de pessoas conscientes, sem preconceitos e com uma noção de cuidado consigo mesmas e com os outros.

Durante as pesquisas que fundamentam este estudo, foi possível destacar alguns aspectos relevantes sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil. Primeiramente, existem várias regras e orientações que asseguram a entrada de estudantes com necessidades especiais nas salas de aula convencionais. Contudo, ainda não se alcançou uma implementação completa da educação inclusiva, apesar deste suporte legal.

No sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva, especialmente na Educação Infantil, enfrenta vários obstáculos, incluindo a falta de treinamento dos professores nesta área, o excesso de alunos nas salas de aula e a ausência de infraestrutura física adequada nas escolas.

Portanto, é imprescindível criar políticas públicas que efetivem as regras existentes, fornecendo todo o apoio necessário para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso à educação. Além disso, é crucial garantir uma educação de qualidade que permita o desenvolvimento de suas habilidades, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal, que preconiza uma educação para todos, sem distinção de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (2012). Desenvolvimento de escolas inclusivas: ideias, propostas e experiências para melhorar as instituições escolares. Madri: Narcea. 2012.

BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 01 abr.2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

MENDES, Rodrigo. O que é educação inclusiva? Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/> Acesso em: 01 abr.2025.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

VAILLANT , Denise . Melhorando a formação e desenvolvimento profissional de professores na América Latina in Revista Pensamento Educacional, vol.41, n.2, 2007, pp.207-22. Disponível em: http://pensamientoeducativo.uc.cl/files/journals/2/articles/424/public/424-941-1-PB.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

VYGOTSKY, L.S. A formação Social da mente. São Paulo: Martins Cortez. 1984.